

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.254 - RJ (2019/0355923-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : L C DA C (PRESO)  
**ADVOGADO** : HUGO LEONARDO ALVES DE LIMA MARTINS - RJ213265  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por L C DA C contra acórdão proferido pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0058836-97.2019.8.19.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 217-A, § 1º, *in fine*, do Código Penal, tendo o magistrado singular decretado a sua prisão preventiva por ocasião do recebimento da vestibular.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar do acusado.

Alega que o réu foi demitido por justa causa, não tendo mais acesso a qualquer pessoa internada no hospital, o que reforçaria a desnecessidade da medida extrema, que poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares.

É o relatório.

Não obstante os relevantes argumentos expostos na irresignação, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do inconformismo, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou estar "*presente, no caso, o fumus comissi delicti, imprescindível para a decretação e manutenção da prisão cautelar, já que existentes indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, diante das provas apuradas no inquérito policial que serviram de base para a propositura da ação penal, em que o Paciente foi denunciado pela prática de crime de estupro de vulnerável, por ter em tese, praticado o crime de atos libidinosos - masturbar a vítima que se encontrava internada no CTI em razão de ter sofrido um AVE e sob efeito de fortes medicações - e por isso sem ter condições de reagir -, além de se masturbar esfregando seu pênis no corpo da vítima, chegando a ejacular em sua perna*" (e-STJ fls. 71/72).

Destacou que "*existe o periculum libertatis, à luz da garantia da ordem pública, dada a gravidade do delito imputado, considerado hediondo, que causa abalos na sociedade e principalmente profundas marcas na vítima, além do que os relatos dos autos indicam que o Paciente, em tese, aproveitando-se do exercício de sua profissão - técnico de enfermagem -, e do acesso ao CTI do hospital, e do fato de estar o paciente*

# Superior Tribunal de Justiça

*topado pela medicação, dele se aproveitou para satisfazer a sua lascívia, o que descarta a suficiência de cautelares diversas da prisão" (e-STJ fl. 72).*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 19ª Vara Criminal da comarca da Capital, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional do recorrente e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator